



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**



CONTRATO Nº 002 /2015- DPPB

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA COMBATE SEGURANÇA DE VALORES LTDA, PARA SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, NA FORMA ABAIXO:

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.733.319/0001-80, com sede à margem do Parque Sólton de Lucena, 300, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-130, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, o Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 195.723 – SSP/PB e CPF nº 132.664.034-87, aqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **COMBATE SEGURANÇA DE VALORES LTDA**, estabelecida na Av. Caetano Figueiras, n.º 939, Torre, João Pessoa/PB, CNPJ sob N.º 02.322.136/0001-43, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, **BRUNO BRAGA FERNANDES**, RG nº. 2.100.644 - SSP/PB e CPF nº. 024.259.114-05, resolvem celebrar por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 996/2015, o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

1.1- O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
- b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

2.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada, com quantitativo de 01 (um) posto de vigilância armada 24 horas, na escala 12x36, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, no Núcleo de Atendimento da Defensoria Pública, situada na Rua Coronel José André, 95, Centro, Campina Grande, conforme especificações registrados na Ata de Registro de Preços nº 001/2014 referente ao Pregão Presencial nº 004/2014.

2.2 – Para gerirem este contrato, por parte da CONTRATANTE, durante sua vigência serão designados servidores da entidade CONTRATANTE, através de Portaria, e previamente comunicado à empresa CONTRATADA.

2.3 – A CONTRATADA indicará preposto para representá-la junto à CONTRATANTE.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O objeto deste contrato será executado de forma indireta, pela empresa Contratada, observando-se o menor preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, conforme especificado na Proposta definitiva de preços de responsabilidade da CONTRATADA, os valores relativos ao serviço prestado, acompanhada das Notas Fiscais, perfazendo o valor de R\$ 12.717,48 (doze mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos) mensais, perfazendo o valor de R\$ 152.609,76 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e nove reais e setenta e seis centavos), para os 12 (doze) meses de prestação de serviços.

4.2 - É permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 – A prestação do serviço deverá ser realizada indicado pela CONTRATADA e se iniciará após a assinatura do contrato, admitida prorrogação, uma única vez e por igual prazo, desde que mediante autorização por escrito do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da CONTRATADA, em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, depois do aceite e liberação da documentação pela CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - O pagamento do serviço prestado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser o de estabelecimento matriz ou filial situado no território do Estado da Paraíba, indicando inclusive o número da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CCICMS, como determina o art. 120, do Regulamento do ICMS – RICMS/PB para fornecimento de peças, e o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – Imposto sobre



Serviços de Qualquer Natureza, de competência do município em que seja estabelecida a CONTRATADA.

Parágrafo segundo – Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo quarto– O pagamento será, preferencialmente, efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

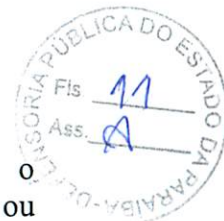
Parágrafo quinto– Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo sexto– Será retido na fonte o percentual de até 1,6% (um vírgula seis por cento), nos termos do art. 13, da Lei Estadual nº 7.947, de 22 de março de 2006, com redação dada pela Lei Estadual nº 9.335, de 25 de janeiro de 2011 e leis posteriores, a crédito do Fundo de Apoio ao Empreendedorismo – FAE (vinculado ao programa EMPREENDER PB), devendo constar na Nota Fiscal/Fatura o destaque do tributo a ser retido.

Parágrafo sétimo – Se houver emissão de nota fiscal-fatura, com código de barras, este documento somente será aceito, para fins de pagamento, caso conste a dedução do valor, no corpo da nota, correspondente à determinação legal (1,6%) de que trata o parágrafo anterior, vindo a nota fiscal devidamente acompanhada do comprovante do recolhimento da importância devida. Caso contrário, a nota fiscal, ou nota fiscal/fatura deve ser emitida sem código de barras para permitir a retenção do tributo.

Parágrafo oitavo - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo nono- Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de autorização de serviço extraordinário.



Parágrafo décimo – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo primeiro- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo segundo- Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$EM = I \times N \times VP \text{ e } I = (TX / 100) / 365$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo terceiro - Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal de serviços, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo quarto - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto no item 7.1, desta Cláusula.

Parágrafo décimo quinto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação 14101.03.122.5046.4216, Natureza de Despesa 339039, Fonte de Recurso 100.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1 - Caberá à CONTRATADA:

- a) Cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução integral do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- c) Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, ou pagar em dobro o custo desses reparos, se a Contratante os fizer, independentemente das penalidades cabíveis, apresentando laudo de manutenção preventiva;
- d) Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da operação;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- g) Observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento dos serviços estabelecidos pela CONTRATANTE;
- h) Manter, à frente dos serviços representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;
- i) Qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;
- j) Assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa.
- k) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas

decorrentes da execução deste contrato, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-transporte, vale refeição e outras que porventura venham a ser criadas e ou/exigidas pelo Governo, devendo ainda responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante.

- l) Apresentar os seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, com fardamento completo, sempre em bom estado de conservação, e devidamente identificados, com uso de crachá e equipamentos de segurança, consoante a legislação que rege a espécie;
- m) Executar com perícia os serviços contratados, obedecendo às normas e às especificações contidas no termo de referência do ato convocatório;
- n) Além das obrigações contidas neste parágrafo a CONTRATADA se obriga a executar os serviços de acordo com o detalhamento, descrição e especificação contidas no termo de referência independentemente de transcrição;
- o) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade das obras e serviços executados.
- p) Fornecer todo o equipamento necessário, tais como ferramentas, máquinas e aparelhamento, adequados à execução dos serviços.
- q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- r) Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.
- s) Solicitar autorização prévia da contratante para os serviços a serem executados fora do horário útil (noturno, finais de semana e feriados), com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a devida autorização e acompanhamento da Fiscalização.

9.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:

- a) Designar formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar o contrato;
- b) Publicação no D.O.E. do extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;



c) Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

d) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas, e, em havendo atraso, haverá acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária indexada pelo IGP-DI, e multa de mora de 2% (dois por cento) calculados sobre o valor da parcela;

e) Proporcionar todas as facilidades visando a boa execução dos serviços, inclusive, comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança de endereço;

f) Repassar todos os procedimentos administrativos a serem adotados pela CONTRATANTE para execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A execução e fiscalização quanto ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, ocorrerá por conta da CONTRATADA, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização por um servidor responsável, designado pela Administração, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro – O Representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste contrato, determinando sempre que necessários e convenientes quaisquer providências que visem o pronto saneamento de quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas.

Parágrafo segundo – As decisões e providências que ultrapassem a competência do Representante deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para a adequada adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro- O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sendo permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

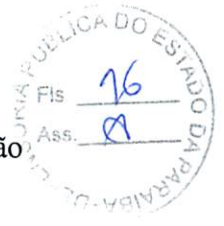
12.1 - Este Contrato poderá ser rescindido mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos serviços já realizados.

Parágrafo primeiro - O Contrato poderá ainda ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações ou prazos;
- b) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- c) alteração do Contrato Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- e) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade na execução do serviço, nos prazos estabelecidos;
- f) paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- j) supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial deste contrato, além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93;
- k) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de sua execução;
- l) no interesse da Administração, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA, se der causa à rescisão contratual, fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo terceiro - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, bem como nos casos citados nos Arts. 78 a 80, do mesmo



diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

Parágrafo quarto - A rescisão do Contrato, nos termos do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78, da Lei n.º 8.666/93;
- b) amigável, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
- c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

- a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não executada a critério da Administração;
- c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo segundo - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva do Senhor DEFENSOR PÚBLICO GERAL, facultada a defesa do interessado

no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.



Parágrafo terceiro - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

Parágrafo quarto - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

14.1 - O presente Contrato esta vinculado ao Processo n.º 5106/2013, ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014- Tipo Menor Preço Global por Lote, e a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas e entregues se enviadas por carta protocolada, fax ou correio eletrônico, mediante recibo ou outro meio onde fique formalizado o recebimento.

16.2 - Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo;

16.3 - Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior previstos no art. 393 do Código Civil.

16.4 - O presente contrato não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma das suas cláusulas e condições, salvo mediante mútuo acordo por escrito firmado por ambas as partes.

16.5 - As PARTES CONTRATANTES declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente Instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.

16.6 - As PARTES reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos



mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia da vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

16.7 - Fica desde já convencionado entre as PARTES, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram; serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes nesse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 06 de março de 2015.



CONTRATANTE



CONTRATADA



até o dia 14/04/2015, às 08h30min (Horário de Brasília-DF). **OBJETIVO DO EDITAL:** No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20150019 - SESA

OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar (Grampeadores Laparoscópicos), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS:** No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 192015, até o dia 14/04/2015, às 09h30min. (Horário de Brasília-DF). **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza - CE, 20 de março de 2015
ROBSON DE BORBA E VELOSO
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20150013 - SESA

OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material para Laboratório, (reagentes para realização de gasometria automatizada) com instalação de equipamentos em regime de comodato, no laboratório do Hospital São José-HSJ/SESA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS:** No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 132015, até o dia 14/04/2015, às 14h30min. (Horário de Brasília-DF). **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20140958 - SESA
Remarcação

A SECRETARIA DA SAÚDE, por intermédio da Pregoeira e de membros da equipe legalmente designados, torna público para conhecimento dos interessados a REMARCAÇÃO da licitação acima citada, cujo objeto é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material de Laboratório (tintas reativas para medição glicêmica). **MOTIVO:** ALTERAÇÕES NO EDITAL. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS:** No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 9582014, até o dia 14/04/2015, às 09h30min. (Horário de Brasília-DF). **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza - CE, 20 de março de 2015
MARIA ALENIR BEZERRA DE FRANÇA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20150032 - SESA

OBJETO: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Medicamentos, visando atender a necessidade de abastecimento das Unidades de Saúde do Estado, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS:** No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 322015, até o dia 14/04/2015, às 9h. (Horário de Brasília-DF). **OBTENÇÃO DO EDITAL:** No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br

Fortaleza - CE, 20 de março de 2015
CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4.3-06/2010

Processo nº 4281/2009-SANEAGO
A SANEAGO, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, com fundamento no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/93, a revogação da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 4.3-06/2010, LOTE II - 2ª Etapa da Estação de Tratamento de Esgoto Hélio Seix de Brito, Goiânia-GO, conforme Termo de Revogação constante do processo supracitado.

EMMANUEL DOMINGOS PEIXOTO
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
CASA CIVIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 9/2013-INMEQ-MA

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 009/2013-INMEQ-MA PROCESSO Nº 206/2012-INMEQ-MA. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/1993, consolidada. PARTES: INMEQ-MA e Telemar Norte Leste S/A. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviço de Telefonia Fixo Comutado (STFC) e acesso a internet para o INMEQ-MA. **PRAZO:** O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 14 de março de 2015; **VALOR GLOBAL ESTIMADO:** R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para a execução do Contrato serão do orçamento de 2015, conforme a seguinte Dotação Orçamentária: FONTE: 0211; ND: 333903948 - (Serv. Telecomunicações, Fax e Telefones); PL: Manutenção; FORO: Comarca de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. **ASSINATURAS:** pelo INMEQ-MA, o seu Presidente, Geraldo Cunha Carvalho Júnior e, pela Telemar Norte Leste S/A, assinam os Procuradores: José Joaquim Mendes Sampaio e Patricia Muniz Aires Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atividade/licita.html>, pelo código 00032015032400158

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 252/2014
Reabertura

Processo nº 208.567/2014. **Objeto:** Contratação de empresa de serviços de locação de veículos automotores para estruturar o serviço de aplicação de inseticidas pela metodologia UVV - Ultra Baixo Volume; **Reabertura:** 09/04/2015 às 15:00h (horário de Brasília). **Local:** Site www.comprasnet.gov.br. **Informações:** Comissão Setorial de Licitação -CSL, localizada na Av. Colares Moreira, Qd. 19, nº.09, bairro Cahau, CEP: 65.071-322, São Luís/MA; E-mail: csl@saude.ma.gov.br; Fones: (98) 3236-7213 / 3236-7247.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 254/2014
Reabertura

Processo nº 210.988/2014/LACEN. **Objeto:** Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária para coleta, transporte, tratamento e destinação final às cinzas dos resíduos gerados pelo LACEN. **Reabertura:** 08/04/2015 às 15:00h (horário de Brasília). **Local:** Site www.comprasnet.gov.br. **Informações:** Comissão Setorial de Licitação -CSL, localizada na Av. Colares Moreira, Qd. 19, nº.09, bairro Cahau, CEP: 65.071-322, São Luís/MA; E-mail: csl@saude.ma.gov.br; Fones: (98) 3236-7213 / 3236-7247.

São Luís-MA, 18 de março de 2015
MARCUS VINÍCIUS COSTA DE MENDONÇA
Pregoeiro

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ: 06.981.176/0001-58

AVISO DE LICENÇA

A CEMIG Geração e Transmissão S.A. torna público que recebeu, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, renovação da Licença de Operação, com validade de 10 (dez) anos, contados a partir de 19/dezembro/2014, para a Linha de Transmissão (2ª Circuito) Aimorés 2 - Mascarenhas, 230 kV, localizada nos municípios de Aimorés-MG e Baixo Guandu-ES.

WILSON ROBERTO GROSSI
Gerente de Licenciamento e Gestão Ambiental

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2015
PROCESSO Nº 0399/2015; **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015, CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA; **CONTRATADO:** JOSÉ FELIPE DA SILVA FILHO (CNPJ Nº 21.906.645/0001-68)
Objeto a recuperação de piso da sede da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, situada à margem da Av. Monsenhor Walfredo Leal, 487, Tumbiá, João Pessoa/PB, nos quantitativos e especificações contidos no Termo de Referência vinculado ao processo em epígrafe. Valor: R\$ 8.530,00 (oito mil, quinhentos e trinta reais). Classificação Funcional Programática: 14.101.03.122.5046.4216.339039.100. Período de Vigência: 30 dias contados da data da assinatura do contrato. Data da Assinatura: 02 de março de 2015.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015
PROCESSO Nº 008/2014; **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - UTILIZAÇÃO DE ARP Nº 001/2014; CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA; **CONTRATADO:** COMBATE SEGURANÇA DE VALORES LTDA (CNPJ Nº 03.332.136/0001-43)
Contrato tem por objeto a prestação de serviço de vigilância armada sendo 1 (um) posto 24 horas, na escala 12 x 36 de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, no Núcleo de Atendimento de Campina Grande, situado à Rua Coronel José André, 95, Centro, Campina Grande - PB, conforme especificações registradas na Ata de Registro de Preços nº 001/2014, referente ao Pregão Presencial nº 004/2014. Valor R\$ 12.717,48 (doze mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos) mensais, e R\$ 152.609,76 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e nove reais e setenta e seis centavos). Classificação Funcional Programática: 14.101.03.122.5046.4216.339039.100. Período de Vigência: 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato. Data da Assinatura: 06 de março de 2015.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015
PROCESSO Nº 1148/2015; **SEM LICITAÇÃO. CONTRATANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA; CNPJ: 10.733.319/0001-180 **CONTRATADO:** ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (CNPJ Nº 09.095.183/0001-40). **Contrato tem por objeto a conexão à instalação elétrica localizada na Av. Monsenhor Walfredo Leal, 487, Bairro Tumbiá, João Pessoa - Paraíba. Valor: R\$ 0,00 (zero).** Data da Assinatura: 23 de março de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 8.15

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados a habilitação da empresa Terrassis Saneamento e MND Ltda., primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 3.766.034,44. Os inteiros teores das Atas de Julgamento das propostas e da habilitação estão disponíveis na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

JOÃO HENRIQUE RIBEIRO DO PRADO
Presidente da Comissão

CONCORRÊNCIA Nº 442.14

A Comissão de Licitação designada por Resolução comunica aos interessados, que após a análise da documentação apresentada pelas proponentes no Envelope nº 3, apresenta a seguinte classificação: **Ecosoul Proj. de Eng. San. Meio Ambiente S/S Ltda. MÉDIA FINAL: 88,35. CLASSIFICAÇÃO: 1a. Projesan Engenharia Consultiva Ltda. MÉDIA FINAL: 85,30. CLASSIFICAÇÃO: 2a. RDR Consultores Associados Ltda. MÉDIA FINAL: 84,29. CLASSIFICAÇÃO: 3a.** Comunica ainda, após a análise da documentação apresentada pelas proponentes no Envelope nº 4, a habilitação da empresa primeira classificada e a declara vencedora do certame licitatório pelo preço de R\$ 216.641,20. O inteiro teor das Atas está disponível no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). A Comissão de Licitação abre o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

GIORGIA LUISA ROLOFF
p/Comissão de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS
COMPANHIA PERNAMBUCANA
DE SANEAMENTO-COMPESA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2015 - SRP - COMPESA/CEL 2

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, PARA REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE TUBOS PVC DEFOFO DN 200MM E 300MM. Abertura das Propostas: 08/04/15 às 10h. Disputa: 09/04/15 às 10h. Edital disponível dia 25/03/2015. Referências de tempo: horário de Brasília. Operacionalização no www.licitacoes-e.com.br.

Recife, 23 de março de 2015.
SUELEUZA WERNECK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PGE 162/2014 - SRP - COMPESA/CSL
Lotes 01, 02 e 03 Fracassados.

Recife, 23 de março de 2015
SUELEUZA WERNECK
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13.0035 - CONTRATANTES: CAERN / ECOLIC - EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. **OBJETO:** Readequação da planilha orçamentária com acréscimos de valor. **VALOR:** Será acrescido em R\$ 1.070.580,31 (Um milhão setenta mil quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos). **FONTE DE RECURSOS:** Contrato de Financiamento Nº 2640.0296.775-16/2009. **VIGÊNCIA:** Contrato de Financiamento. **VALIDADE:** Após Publicação no Diário Oficial do Estado - DOE/DOU. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 58, I, c/c 65, I, "b", da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Natal/RN, 23 de Março de 2015. Crizóstimo Felix de Lima Souza/Assessor de Licitações e Contratos.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS - SEPLAN

AVISOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015

Projeto RN Sustentável - 8276-BR.
O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN, por intermédio da Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação, Documentação assinada digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.